



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

**PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E DE AJUSTE FISCAL**

**DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

**PERÍODO 2021-2023**

**(18ª REVISÃO)**

Lei nº 9.496, de 11/09/97, Alterada pelas Leis Complementares Nº 148, de  
25/11/2014 e Nº 156, de 28/12/2016

Resolução do Senado Federal nº 64/98

Contrato nº 014/98-STN/COAFI, de 15 de abril de 1998  
entre a União e o Estado do Rio Grande do Sul

Porto Alegre - RS, 03 de novembro de 2021

Chave: 21140000078448004349168720211103  
CRC: 19.4990.4263

Verificado em 03/11/2021 20:31:43

Página 1 de 11

## SEÇÃO I - APRESENTAÇÃO

Este documento apresenta a 18ª revisão do Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal (Programa) do Estado do Rio Grande do Sul (Estado), parte integrante do Contrato nº 014/98-STN/COAFI de Confissão, Promessa de Assunção Consolidação e Refinanciamento de Dívidas (Contrato), de 15 de abril de 1998, firmado com a União, no âmbito da Lei nº 9.496/97 e suas alterações e da Resolução do Senado Federal nº 64/98. O Programa dá cumprimento ao disposto no referido contrato e seus aditivos posteriores.

O Estado do Rio Grande do Sul solicitou por meio do Ofício nº 408/2021-GSF a dispensa da fixação das metas do PAF para o exercício de 2021. Considerando as negociações com o Estado para a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal, foi enviado o ofício SEI Nº 260903/2021/ME, de 07 de outubro de 2021, comunicando que o Estado do Rio Grande do Sul fica dispensado das metas e compromissos de que trata o Art. 2º da Lei nº 9.496, de 1997, para o Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal – PAF, referente ao exercício de 2021, com a condição de que apresente o pedido de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal até o fim do ano de 2021, nos termos do Art. 3º da Lei nº 13.631, de 1º de março de 2018.

Importante frisar que a dispensa de metas do PAF não pode ser feita caso o Estado do Rio Grande do Sul desista de firmar o termo aditivo referente ao art. 3º da Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016, e opte pela conversão prevista no inciso II do art. 4º-A dessa mesma Lei. Isso porque, não havendo o referido termo aditivo não há como se aplicar a alínea "a" do inciso II do art. 4º-A. Com isso, a única solução possível seria a aplicação do disposto na alínea "b" do mencionado inciso II, que depende da existência de metas firmadas no âmbito do PAF, conforme § 2º do art. 21 do Decreto nº 10.819, de 27 de setembro de 2021.

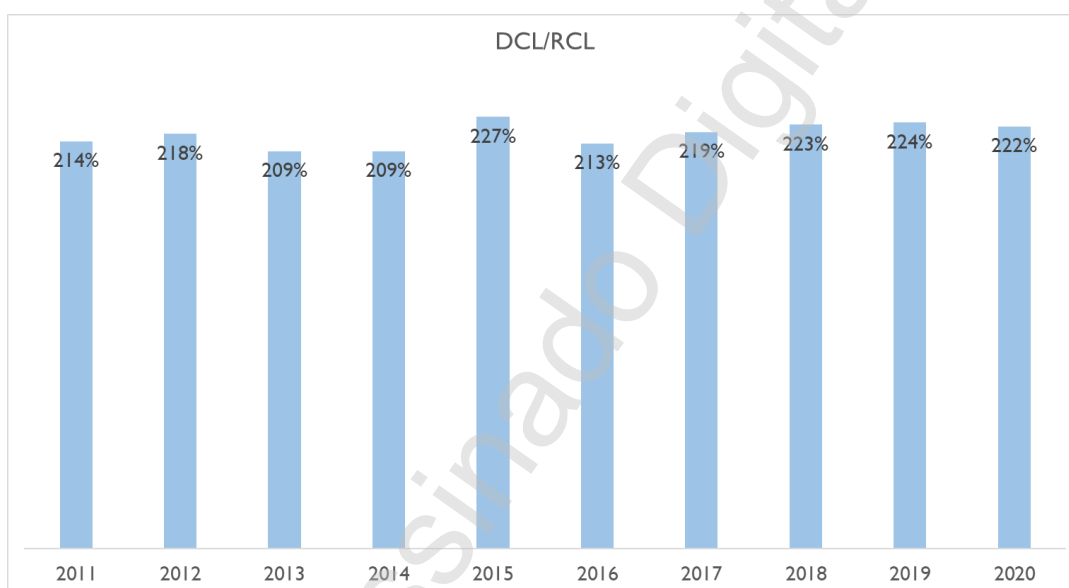
Na seção 2 é apresentado o diagnóstico sucinto da situação econômico-financeira do Estado. Compõem ainda o presente documento os seguintes anexos:

- Termo de Entendimento Técnico (TET) entre o Estado e a Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

## SEÇÃO II - SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DO ESTADO

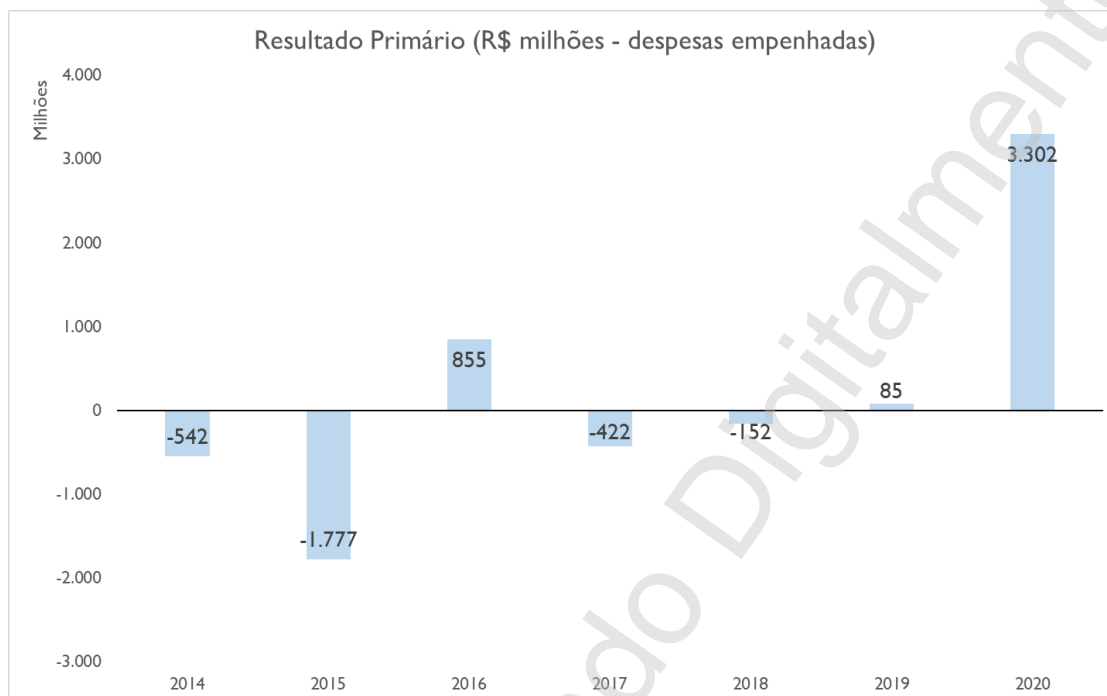
Nessa seção será analisada a evolução dos indicadores econômico-financeiros do Estado, segundo os critérios do Programa, de forma a avaliar sua situação fiscal. Para isto, utilizaremos gráficos apresentando a evolução da dívida consolidada, do resultado primário, da despesa com pessoal, da receita de arrecadação própria e de disponibilidade de caixa.

Gráfico 1 – Relação Dívida Consolidada (DC) / Receita Corrente Líquida (RCL) (%)



A evolução do Gráfico 1 indica que o Estado, mesmo com a manutenção do não pagamento da dívida da lei 9496, apresentou redução do indicador de endividamento devido ao crescimento da Receita Corrente Líquida. O patamar atual indica comprometimento da RCL de 222% em relação à dívida consolidada.

Gráfico 2 – Resultado Primário (R\$)



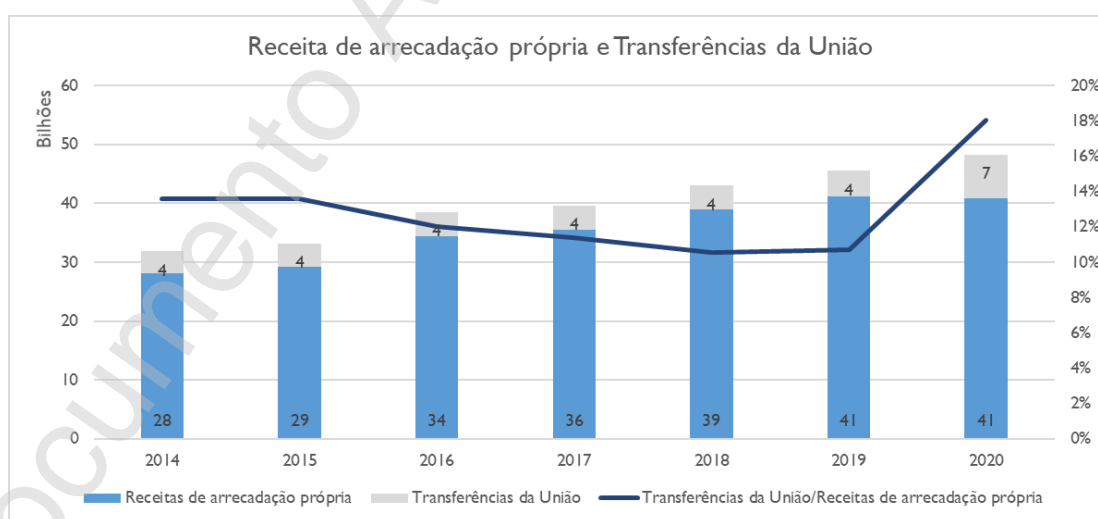
Da observação do Gráfico 2, pode-se concluir que há melhora da série de resultados primários gerados pelo Estado, tendo ocorrido aumentos contínuos nos últimos 3 anos do período. Este fato decorreu da redução mais que proporcional das despesas primárias em relação às receitas primárias.

Gráfico 3 – Despesa com Pessoal/RCL (%)



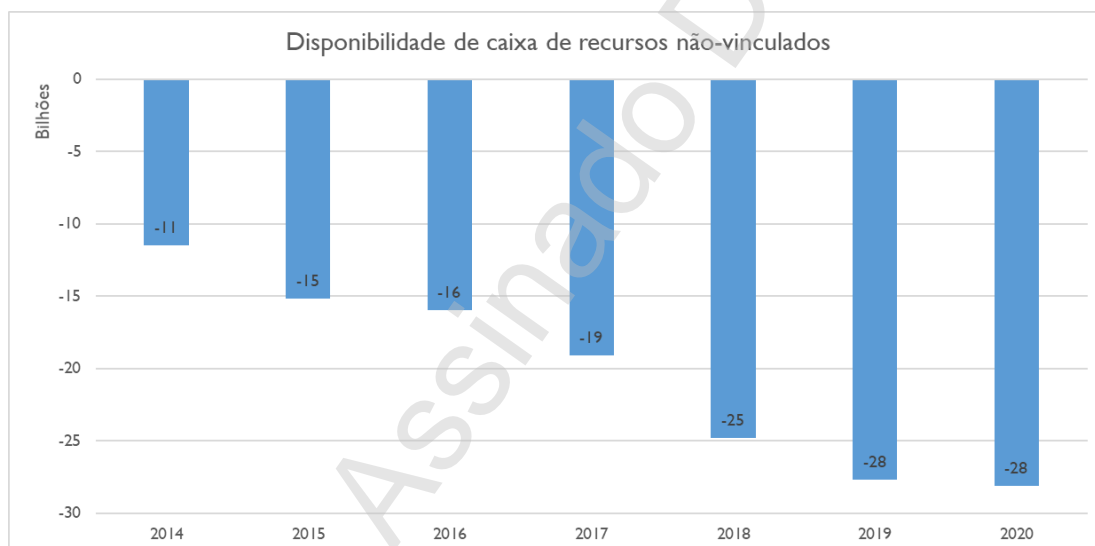
No Gráfico 3, verifica-se que ocorreu queda da relação DP/RCL em 2020. Oriundo do impacto de reformas previdenciária e administrativa bem como do crescimento da Receita Corrente Líquida.

Gráfico 4 – Receita de arrecadação própria (R\$)



A evolução das receitas de arrecadação própria indica o grau de independência da receita estadual em relação às receitas de transferências governamentais, permitindo que o Estado viabilize sua sustentação fiscal e financeira com base nas receitas de sua competência, evitando que flutuações nos valores dos repasses governamentais comprometam seu equilíbrio. O Gráfico 4 demonstra que no período, o Estado conseguiu reduzir sua dependência de Transferências da União em função destas terem crescido em percentual menor do que as Receitas de Arrecadação Própria. Entretanto, 2020 foi exceção ao comportamento histórico recente em função do repasse da União para o Estado de valores excepcionais vinculados à pandemia.

Gráfico 5 – Disponibilidade de Caixa Líquida de recursos não vinculados (R\$)



Conforme demonstrado no Gráfico 5, o Estado incorreu em disponibilidade líquida negativa de recursos não vinculados.

### SEÇÃO III - OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS

---

O Programa, parte integrante do contrato de renegociação da dívida do Estado com a União, tem por objetivo viabilizar a sustentabilidade fiscal e financeira do Estado em bases permanentes. Os esforços de ajuste fiscal e financeiro desenvolvidos pelo Estado são movidos também pelo objetivo de assegurar a prestação de serviços públicos em atendimento às demandas da população, ao mesmo tempo em que contribuem para a manutenção do equilíbrio macroeconômico do país. Nesse sentido, o Estado dará sequência ao Programa iniciado em 1998 por meio do cumprimento das metas ou compromissos pactuados no Plano de Recuperação Fiscal - PRF, nos termos da LC 159/2017.

A recuperação da sustentabilidade fiscal e financeira do Estado, comprometida nos últimos exercícios, será consequência da adesão ao Regime de Recuperação Fiscal nos termos da Lei Complementar nº 159 de 19 de maio de 2017, modificada pela Lei Complementar nº 178, de 13 de janeiro de 2021, ficando o Estado do Rio Grande do Sul dispensado da fixação das metas e compromissos para o PAF de acordo com o mencionado na Seção I – Apresentação.

#### SEÇÃO IV - METAS E COMPROMISSOS

---

As Metas e Compromissos do Estado do Rio Grande do Sul serão pactuados e descritos nos respectivos indicadores do Plano de Recuperação Fiscal - PRF.

Fica o Estado do Rio Grande do Sul dispensado da fixação das metas e compromissos para o PAF de acordo com o mencionado na Seção I – Apresentação.

Entretanto, mantém-se as obrigações de encaminhar informações e documentos conforme disposto no TET.

As penalidades previstas no parágrafo único do art. 26 da Medida Provisória nº 2.192-70, de 2001 não se aplicam ao descumprimento das metas e compromissos pactuados no Plano de Recuperação Fiscal.



## **SEÇÃO V - SISTEMÁTICA DE ACOMPANHAMENTO DO PROGRAMA E DE VERIFICAÇÃO E REVISÃO DAS METAS OU COMPROMISSOS**

---

Considerando que o Plano de Recuperação Fiscal - PRF e o Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal - PAF são instrumentos de acompanhamento dos indicadores fiscais, o acompanhamento desses indicadores atenderá aos dispositivos das Leis Complementares nº 156 de 28 de dezembro de 2016, nº 159 de 19 de maio de 2017, nº 178 de 13 de janeiro de 2021 e do Decreto nº 10.681, de 20 de abril de 2021 além de outros instrumentos que venham a ser instituídos pela União durante o período de vigência do PAF.

Durante a vigência do Contrato, o Programa será revisto a cada exercício devendo o Estado manter interlocução com a STN por meio de remessa tempestiva de dados, informações e documentos discriminados no TET.

O Estado entende que a não revisão do Programa implica penalidade nos termos da Medida Provisória nº 2.192-70, de 2001.

O Estado autoriza a STN a divulgar, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, os dados e informações relativos ao Programa, consoante o que dispõe o § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Este é o Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal que o Governador do Estado do Rio Grande do Sul subscreve em cumprimento ao § 3º do art. 1º da Lei nº 9.496/97 e suas alterações. O comprometimento com as metas ou compromissos considerados neste Programa não desobriga o Estado de cumprir a legislação e as regulamentações existentes.

Porto Alegre - RS, 03 de novembro de 2021.

**RANOLFO VIEIRA JÚNIOR**

Governador do Estado do Rio Grande do Sul, em exercício

10/10

Chave: 21140000078448004349168720211103  
CRC: 19.4990.4263

Verificado em 03/11/2021 20:31:43

Página 10 de 11



Nome do arquivo: 0.2698755827770428.tmp

Autenticidade: Documento Íntegro



DOCUMENTO ASSINADO POR	DATA	CPF/CNPJ	VERIFICADOR
Ranolfo Vieira Junior	03/11/2021 19:05:24 GMT-03:00	45412200087	Assinatura válida

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. A conferência de autenticidade do documento informando, CHAVE 21140000078448004349168720211103 e CRC 19.4990.4263, está disponível no endereço eletrônico: <https://secweb.procergs.com.br/pr-aaj4/proaconsultapublica>.